

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL PPPI

Teresópolis, dezembro de 2006
Reitoria do UNIFESO
Campus Antonio Paulo Capanema de Sousa

Conselho Diretor

Presidente

Irineu Dias da Rosa

Vice-Presidente

Antonio Luiz da Silva Laginestra

Secretária

Alice Rodrigues Nunes Pereira

Vogais

Basílio Nodar Matalobos

Hermínio Gomes de Mello

Jorge de Oliveira Spinelli

Kival Simão Arbex

Conselho Curador

Milton Mendes da Silva Souto

Ariovaldo Antônio de Azevedo

José Luiz da Rosa Ponte

Luiz Guilherme de Carvalho

Nélio Paes de Barros

Centro Universitário Serra dos Órgãos

Chanceler

Irineu Dias da Rosa

Reitor

Luis Eduardo Possidente Tostes

Pró-Reitor de Graduação

José Feres Abido Miranda

Pró-Reitor de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão

Vicente de Paulo Carvalho Madeira

Pró-Reitor de Administração

Luiz Fabiano Freire de Oliveira

Centro de Ciências da Saúde

Diretora

Edneia Tayt-Sohn M. Moço

Curso de Graduação em Medicina

Etelka Czako Cristel - Coordenadora

Curso de Graduação em Enfermagem

Kátia Cristina Felipe - Coordenadora

Curso de Graduação em Odontologia

Laucyr Pires Domingues - Coordenador

Curso de Graduação em Medicina Veterinária

Rogério Alvares - Coordenador

Curso de Graduação em Fisioterapia

Octávio Marinho F. Filho - Coordenador

Centro de Ciências Humanas e Sociais

Diretora

Ana Maria Gomes de Almeida

Curso de Graduação em Administração

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Valéria de Oliveira Brites - Coordenadora

Curso de Graduação em Pedagogia

Maria Terezinha E. de Oliveira - Coordenadora

Curso de Graduação em Direito

Carlos Alberto P. das N. Bolonha – Coordenador

Centro de Ciências e Tecnologia

Diretor Pro-Tempore

José Feres Abido Miranda

Curso de Graduação em Ciência da Computação

Elisabete do Rego Lins – Coordenadora

Centro Educacional Serra dos Órgãos

Diretora

Márcia Maria Santoro Telles

Hospital das Clínicas de Teresópolis

Costantino Ottaviano

Diretor Geral

Nestor de Moraes Vidal Neto



Fundação Educacional Serra dos Órgãos - FESO
Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO



Reitoria

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL PPPI

Missão

Promover a educação, a ciência e a cultura constituindo-se num pólo de desenvolvimento regional, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade justa, solidária e ética.

Art. 5º do Estatuto do UNIFESO

Teresópolis, dezembro de 2006

Reitoria do UNIFESO

Campus Antonio Paulo Capanema de Sousa

Registro Especial da Participação Comunitária

2004

Comissão Organizadora

Adriana Maria Duarte Augusto
Ana Maria Gomes de Almeida
Edenise da Silva Antas
Edneia Tayt-Sohn Martuchelli Moço
Elaine Canto Tavares
Eliane Castro Costa
Elisabete do Rego Lins
Etelka Czako Cristel
Eugenio Paes Campos
José Feres Abido Miranda
José Maria Carvalho da Silva
Luciane Peixoto Garcia
Luís Cláudio da Rocha Fraga
Márcia Maria Santoro Telles
Maria de Fátima Silva Moreira Jorge
Maria Terezinha Espinosa Oliveira
Mariana de Castro Moreira
Marisol Barenco Correa de Mello Contage
Marlene Guimarães Bittencourt
Nancy Mustrange Franco
Suely Miguens Labuto
Tamine Maria Raposo Elmôr
Tatiana Salomão Ávila de Campos Góes
Theodoros Ilias Panagoulas
Vicente de Paulo Carvalho Madeira

2005

Comissão Organizadora

Ana Maria Gomes de Almeida
Edenise da Silva Antas
Edneia Tayt-Sohn Martuchelli Moço
Elisabete do Rego Lins
Etelka Czako Cristel
Igor Mansur Muniz
José Américo de Lacerda Júnior
José Feres Abido Miranda
Maria Terezinha Espinosa Oliveira
Marlene Guimarães Bittencourt
Nancy Mustrange Franco
Reggia Celeste da Cruz Borges
Suely Miguens Labuto
Vicente de Paulo Carvalho Madeira

Comissão Redatora

Edenise da Silva Antas
Igor Mansur Muniz
José Américo de Lacerda Júnior
Maria Therezinha Espinosa Oliveira
Reggia Celeste da Cruz Borges

Facilitadores, Relatores ou Coordenadores

Adriana Franco - Fisioterapia
Alba Barros Souza Fernandes - Fisioterapia
Alcides Pissinatti - Medicina Veterinária
Alessandra Nogueira Ramos - Pedagogia
Ana Maria Pereira Brasilio de Araújo - DIRPLAN
Ana Cristina Borges López - Direito
Ana Maria Gomes de Almeida - CCHS
André Custódio da Silva - Fisioterapia
Andréa de Paiva Doczy - Odontologia
Andréa Serra Graniço - Fisioterapia
Andréia Silva Matos - Fisioterapia
Antonio Márcio de Amorim Vieira - Odontologia
Carlos Bolonha - Coord. Direito
Cassilda Cristina de Mello Costa - Fisioterapia
Célia Maria Mendes Ferreira Tomaz - Secretária
Odontologia
Cristiane Costa - Odontologia
Cristiane Garcia - Fisioterapia
Cristina Grigorowsky Botelho - Pedagogia
Daniel Hetti Zidde - Fisioterapia
Danielle Ribeiro Rezende Cardinot - DPPE
Danyelli de Almeida Simões - Fisioterapia
Déa Sillos Marinho Falcão - Fisioterapia
Denise de Mello Bobany - Medicina Veterinária
Edenise da Silva Antas - DIRPLAN
Edneia Tayt-Sohn Martuchelli Moço - CCBM

Eliane Castro Costa - DIRPLAN
Elisabete do Rego Lins - Ciência da Computação
Etelka Czako Cristel - Medicina
Eugênio Paes Campos - DIRPLAN
Ézio Tavares Iff - Medicina Veterinária
Fátima Cristina Natal de Freitas - Odontologia
Flávio Eduardo Frony Morgado - Odontologia
Francisco G Silva - Odontologia
Geórgia Rosa Lobato - Odontologia
Gicele Faissal de Carvalho - Pedagogia
Gilberto Queiroz - Odontologia
Giovanni Ottaviano - Direção Administrativa
Gisela Cristina Vondra - Enfermagem
Giselle Lopes Vigiane Reis - DIRPLAN
Helena de Barros Parente Telles Falcão - CCBM
Hélio Rodrigues Sampaio Filho - Odontologia
João Batista Rodrigues de Abreu - Medicina Veterinária
João Ricardo Wanderley Dornelles - Direito
Jorge Bragança - FESQ-Pró-arte
José Luiz Nogueira - Odontologia
José Maria Carvalho da Silva - Marketing
Jose Massao Miasato - Odontologia
Kamila kimus Esteves Regadas - DPPE
Kátia Cristina Felipe - Coord. de Enfermagem
Lucy Pires Domingues - Odontologia
Leonardo Augustus Perai Ferreira Pinto - Odontologia
Leonora - Medicina Veterinária
Líliá Athayde Abelheira - Fisioterapia
Luciáurea Oliveira C de Zuniga - Medicina Veterinária
Lygia Brandão da Silva Pombo - Direito
Márcia Maria Santoro Telles - CESO
Márcia Christina Xavier de Souza - Direito
Maria Cristina Caldeira Gumier - Fisioterapia
Maria Christina Guimarães Guedes - Secretária
Fisioterapia
Maria de Fátima Silva Moreira Jorge - HCTCO
Mária de Lourdes Tostes Alvim - Direção Administrativa
Mária Elvira de Magalhães Dorna - Direito
Maria Terezinha Espinosa de Oliveira - Pedagogia
Marlene Bittencourt - Direito
Marlene Guimarães Bittencourt - CCHS
Maurício da Silva - Direção Administrativa
Thomaz Miguel Pressburger - Direito
Moacyr Amaral Domingues Figueiredo - DIRPLAN
Octávio Marinho Falcão Filho - Coord. de Fisioterapia
Omar Vicente Micati - Odontologia
Oscar Lewandowski - Coord. Administração e Ciências
Contábeis
Patrícia Estrela L. Barcelos - NAPP
Paulo Roberto Souto Audi - Administração e Ciências
Contábeis
Rafaela Ana Gabriela Campos Silva Mendes -
Fisioterapia
Raphaela dos Santos Silva Duarte - CAE
Regina Marques de Almeida - Fisioterapia
Renata José da Silva - Secretária DIRPLAN
Sydney de Castro Alves Mandarino - Odontologia
Tais Albuquerque - Ciência da Computação
Tamine Elmor - UNIVERTI
Theodoros Ilias Panagoulas - DPPE
Vera Alcântara - DPPE
Vicente de Paulo Carvalho Madeira - DPPE
Vivecananda Dutra de Souza Firme - Administração e
Ciências Contábeis
Waleska Marcy Rosa - Direito
Walter Machado - Odontologia

Grupo de Formulação e Revisão Final

Pró-Reitor de Graduação
José Feres Abido Miranda
Pró-Reitor de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão
Vicente de Paulo Carvalho Madeira
Pró-Reitor de Administração
Luiz Fabiano Freire de Oliveira
Diretora do Centro de Ciências da Saúde
Edneia Tayt-Sohn Martuchelli Moço
Diretora do Centro de Ciências Humanas e Sociais
Ana Maria Gomes de Almeida
**Assistente da Pró-Reitoria de Pós-graduação,
Pesquisa e Extensão**
Alexandre Ramos da Silva

Um Projeto Político-Pedagógico Institucional de um Centro Universitário explicita as posições da instituição a respeito do homem, do mundo e de sua relação na educação. Ele é a carta magna da constituição pedagógica e andragógica de uma proposta educacional de nível superior. O PPPI sela o compromisso institucional com as políticas e estratégias da instituição para atingir suas finalidades e objetivos.

Mais do que um simples documento técnico-burocrático ou de gestão, ele deve ser considerado como um instrumento de ação política e pedagógica destinado a garantir “uma formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal”. (Veiga: 2004, p. 16).

“O Projeto Político-Pedagógico Institucional é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos”. MEC / CONAES / IPEA - Avaliação externa de instituições de educação superior. Brasília. Fev. 2006 p.35.

“Trata-se de uma projeção dos valores originados da identidade da instituição, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento, e que deve delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão.” Id. Ib.

“Em sua fundamentação, o PPI deve expressar uma visão de mundo contemporâneo e do papel da educação superior em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica, ao mesmo tempo em que deve explicitar, de modo abrangente, o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional, na busca da articulação entre o real e o desejável. “... “Neste sentido busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente.” Id. Ib.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO INTRODUTÓRIA - Luis Eduardo Possidente Tostes - Reitor	09
1.CONTEXTUALIZAÇÃO.....	13
1.1. O CONTEXTO LOCAL E REGIONAL.....	13
1.2. EVOLUINDO AO LONGO DE 40 ANOS.....	15
2. PROPOSTA FILOSÓFICO-EDUCACIONAL.....	21
2.1. INTRODUÇÃO.....	21
2.2. PRINCÍPIOS OU PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS.....	23
3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS.....	27
3.1. INTRODUÇÃO.....	27
3.2. POLÍTICA DE INDISSOCIABILIDADE PESQUISA-ENSINO-EXTENSÃO.....	27
3.3. POLÍTICA DE PESQUISA.....	28
3.3.1. Linhas de Pesquisa.....	29
3.3.2. Iniciação Científica.....	30
3.3.3. Monitoria.....	30
3.3.4. Capacitação Docente.....	30
3.3.5. Produção Acadêmica Institucionalizada.....	31
3.4. POLÍTICA DE ENSINO.....	31
3.4.1. Política de Ensino para a Educação Básica.....	33
3.4.2. Educação Tecnológica e Ensino Técnico.....	34
3.4.3. Política para o Ensino de Graduação.....	34
3.4.3.1. O princípio da Interdisciplinaridade.....	35
3.4.3.2. O Princípio da Articulação entre Teoria e Prática.....	35
3.4.3.3. O Princípio da Intencionalidade dos Processos.....	35
3.4.3.4. A Política de Avaliação do estudante.....	36
3.4.4. Política para o Ensino de Pós-Graduação.....	36
3.4.5. Interação Ensino-Trabalho-Comunidade.....	37
3.5. POLÍTICA DE EXTENSÃO.....	37
3.6. POLÍTICAS DE GESTÃO.....	39
3.6.1. Política de Articulação e Atualização dos Instrumentos de Gestão.....	40
3.6.2. A sustentabilidade financeira da instituição.....	40
3.6.3. Política de Captação de Recursos.....	40
3.6.4. Relação da Instituição com a Comunidade Acadêmica.....	41
3.6.5. Política de Avaliação e Planejamento.....	43
3.6.6. Política de Comunicação e Marketing.....	43
4. CONCLUSÃO.....	45
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

APRESENTAÇÃO INTRODUTÓRIA

Luis Eduardo Possidente Tostes
Reitor do UNIFESO

Há algum tempo, vem a comunidade das então Faculdades Unificadas Serra dos Órgãos se mobilizando em torno de uma ampla e participativa discussão de um Projeto Político-Pedagógico Institucional - PPPI que pudesse dar base às políticas do desenvolvimento acadêmico de seu esperado Centro Universitário.

Neste momento, a Reitoria do UNIFESO se sente em condições de oferecer a esta comunidade universitária o resultado do esforço coletivo de formulação deste PPPI. Foram três anos de trabalho a contar desde as primeiras oficinas promovidas pela Direção Acadêmica e Direção de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão juntamente com os Centros de Ciências Biomédicas e Humanas e Sociais. Progressivamente se foi fazendo um envolvimento de todas as unidades e de todos os setores da FESO, contagiando-se docentes, discentes, pessoal técnico-administrativo. A própria comunidade externa, por suas representações, participou de oficinas promovidas nos anos de 2004 e 2005. No ano de 2005 esta movimentação se deu em integração com os projetos da auto-avaliação institucional conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação - CPA. No ano de 2006, este texto foi submetido a um processo de maturação, especialmente na sua confrontação com a elaboração do Plano de Metas para 2007 e com a implantação do Programa de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão - PICPE.

Este é, pois, um documento resultado de uma ampla participação política, o que lhe faz merecer o próprio título. Aliás, este caráter político vai ser reafirmado pela natureza do texto destinado a estruturar um conjunto orgânico de políticas capazes de promover o desenvolvimento institucional, com o referencial de qualidade e de excelência na educação superior, o que deve caracterizar um centro universitário.

Somos gratos à Comissão Relatora, que coligiu um amplo material advindo de todas as discussões e debates e lhe deu uma primeira forma sobre o qual se debruçaram os Pró-Reitores e as Diretoras de Centro para sua revisão final e últimas adequações. Alegria-nos e conforta-nos saber que foram mais de 600 presenças de docentes, funcionários e estudantes registradas nos vários debates dos grupos de trabalho especialmente estruturados para a discussão deste Projeto Político-Pedagógico.

Estrategicamente aguardou-se para seu lançamento o momento da aprovação do Estatuto do UNIFESO pelos Conselhos Superiores da Instituição, assim como do Plano de Metas de 2007. Além da pretendida maturação do texto, estava em questão a conveniência de se ter um PPPI aprovado e oficializado no novo contexto de Centro Universitário.

Diferentemente do que se deu em grande número de IES, fizemos a opção de começar a prática dos projetos político-pedagógicos a partir dos cursos, num processo indutivo que veio das bases da instituição e que agora atinge a sua plenitude na totalidade orgânica do UNIFESO. A partir deste momento, o PPPI passa a refletir-se sobre as novas formulações dos PPPs dos cursos já existentes e de outros que venham a ser criados.

“Dois desafios devem ser superados pelas IES na construção coletiva de seus projetos e planos: 1) a conjugação do PPI com os PPC, considerando que, apesar da diversidade de caminhos, não há distinção hierárquica entre eles, devendo ambos constituir um processo dinâmico, intencional, legítimo, transparente, em constante interconexão com o contexto da IES; 2) o PDI, em consonância com o PPI, deve apresentar a forma como a IES pretende concretizar seu projeto educacional, definindo as metas a serem alcançadas nos períodos de tempo definidos, e os recursos humanos e materiais necessários à manutenção e ao desenvolvimento das ações propostas.” MEC / CONAES / IPEA - Avaliação externa de instituições de educação superior. Brasília. Fev. 2006 p.34.

Esta dinâmica da relação do PPPI com os PPCs e com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI se deu em uma linha de evolução histórica que é a própria trajetória da FESO. A cultura do planejamento educacional ganha com o PPPI um novo marco neste caminho. Com efeito, depois do Projeto Institucional, dos inícios da década, avançamos com o Plano de Desenvolvimento Institucional - 2003 / 2007 e com os sucessivos Planos Anuais de Metas, que têm sido importantes instrumentos de gestão.

A este Projeto Político-Pedagógico Institucional se destina uma função de fundamentar os objetivos do crescimento da instituição, o que vai orientar a elaboração de um novo PDI 2008 / 2012. Muito do que foi produzido e não utilizado neste documento certamente será adequado ao texto do PDI, como é o caso de um amplo diagnóstico das condições socioeconômicas locais e regionais.

Este é um documento que apresenta teórica e metodologicamente a proposta educacional deste novo Centro Universitário. O seu foco é o conhecimento a ser produzido e renovado na pesquisa e investigação científica, a ser construído coletiva e socialmente na relação ensino-aprendizagem e a ser aplicado e transferido na extensão.

“A construção do conhecimento e o exercício da prática tecnocientífica devem ser articulados no espectro de valores humanísticos, de forma que sua dinâmica e realização se configurem a partir do entendimento de que a ciência e a técnica não se apresentam apenas como meio ou dispositivo, mas principalmente, como modo de inserção na realidade, de ação e interação do homem com o mundo.” Id. Ib.

Elaborou-se e formulou-se este PPPI sob a orientação acadêmica de considerarem-se as seguintes dimensões:

- a) num plano cultural - o histórico da instituição; seus mecanismos de inserção loco-regional; sua missão institucional;
- b) num plano filosófico - o âmbito de atuação; os princípios filosóficos gerais; as políticas de administração geral e de gestão acadêmica, de pesquisa, de ensino e de extensão;
- c) num plano psicossocial - o perfil humano e perfil profissional de docentes, discentes e colaboradores;

d) num plano organizacional - as concepções de processos de ensino-aprendizagem juntamente com a produção do conhecimento e do saber, as novas visões de currículo, de avaliação institucional e de ensino, de planejamento e da estruturação de projetos, de programas e de cursos.

Chamamos atenção à estrutura simples e objetiva que se quis dar ao texto para fazer dele uma referência constante no cotidiano da práxis acadêmica.

I – Para os dez passos seguintes, parte-se desta apresentação introdutória, que pretende motivar o corpo social do UNIFESO a procurar neste texto uma relação com sua prática acadêmica e administrativa;

II – Sugere-se um diagnóstico sumário, visualizando o contexto local e a evolução que nele teve a Fundação Educacional Serra dos Órgãos - FESO, por quarenta anos, desde sua criação até à instalação do Centro Universitário Serra dos Órgãos – UNIFESO;

III - Em seguida, apresenta-se a proposta filosófico-educacional do UNIFESO, concluindo-se por um decálogo de princípios fundamentais;

IV - Depois destes pressupostos teóricos, contemplam-se as políticas institucionais num amplo contexto estrutural de um PPPI articulado ao PDI e nas específicas funções da gestão acadêmica integrada com a administração geral;

V - Propõe-se, antes de tudo, uma política de indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;

VI - Detalham-se as políticas de pesquisa: linhas de pesquisa, iniciação científica, monitorias, capacitação docente, produção acadêmica institucionalizada;

VII - Enumeram-se as políticas de ensino: educação básica, ensino técnico, ensino de graduação, ensino de pós-graduação, interação ensino-trabalho-comunidade, avaliação institucional e dos desempenhos docente e discente, apelando-se para os princípios da interdisciplinaridade, da articulação entre teoria e prática, e da intencionalidade dos processos;

VIII – Apresentam-se as políticas de extensão em suas cinco linhas: 1. disseminação e divulgação da produção acadêmica (publicações e eventos); 2. ações de assistência (hospitais, clínicas, núcleos de práticas diversas); 3. prestação de serviços (assessorias, consultorias e outros atendimentos); 4. atividades culturais (produtos e manifestações artísticas); 5. atividades político-sociais e comunitárias (movimentos sociais diversos);

IX – Finalmente, salientam-se as políticas de gestão acadêmica e de administração geral: 1. política de articulação e atualização dos instrumentos de gestão; 2. sustentabilidade financeira da instituição; 3. captação de recursos; 4. relação da instituição com a comunidade acadêmica; 5. política de avaliação e de planejamento; 6. política de comunicação e marketing;

X – Conclui-se que este PPPI é o orientador das macro-políticas institucionais para a pesquisa, ensino, extensão, a administração geral e a gestão acadêmica.

A expectativa que temos agora é de chegarmos em breve a um atualizado Plano de Desenvolvimento Institucional, que traduzirá as diretrizes aqui assumidas para um planejamento quinquenal a ser aplicado nos Planos de Metas Anuais.

1.CONTEXTUALIZAÇÃO

Apresenta-se a seguir uma rápida contextualização local do UNIFESO e a evolução histórica da FESO, sua entidade mantenedora, até à criação e instalação desse Centro Universitário.

1.1. O Contexto Local e Regional

A região geográfica de abrangência da atuação do UNIFESO é aquela em que se incluem os municípios da Região Serrana, alguns da Baixada Litorânea e outros da Região Noroeste do estado do Rio de Janeiro, a saber: Teresópolis, Petrópolis, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, Duas Barras, Guapimirim, Rio de Janeiro, Magé, Areal, Cordeiro, Três Rios, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Sapucaia, Carmo, Cantagalo, Bom Jardim, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Macuco, Trajano de Moraes e Itaocara.

O município sede – Teresópolis - conta com uma população de 148 965 habitantes, segundo dados do IBGE 2004, tendo sua taxa de alfabetização subido de 81%, em 1991, para 87,5%, em 2000. A produção rural apresenta números significativos, sendo o município o maior produtor de hortifrutigranjeiros do estado. O seu potencial econômico é marcado por uma vocação para o turismo e com pólo urbano de serviços. Desde a fundação da FESO, o município vem se afirmando como um centro de ensino superior, que agora se transforma em Centro Universitário.

A ligação do município com outras regiões se faz por uma rede de estradas. Teresópolis é atravessada pela rodovia Rio-Bahia, além das estradas que a ligam a Petrópolis e Friburgo. Possui uma importante rede de estradas vicinais que possibilitam o escoamento de sua produção.

A cidade está servida por uma extensa rede hoteleira. São mais de 40 hotéis na área urbana, além de hotéis-fazenda. Soma-se a isso a presença de mais de 30 pousadas, distribuídas pelo município.

No que tange aos veículos de comunicação, existem cinco emissoras de rádio: duas AM e três FM; duas emissoras de TV comunitária a cabo, rádio comunitária a cabo, rádio comunitária e oito jornais, sendo dois diários.

A Prefeitura Municipal tem desenvolvido ações de desenvolvimento social, com ênfase em saúde e educação, envolvendo de forma parceira a FESO, atuando intensamente nas áreas de cultura e de turismo, consideradas de relevância para o desenvolvimento econômico e social do município.

O SESC é um importante centro de promoção cultural da cidade, pois que desenvolve projetos musicais, esportivos, teatrais e de ação social. Além do SESC, Teresópolis conta com representações do SENAC e SEBRAE. Possui vários clubes sociais e

os tradicionais clubes de serviço, associações e sindicatos de produtores, do comércio e dos trabalhadores. Destaca-se, ainda, a existência da Associação Comercial, Industrial e Agrícola, e várias associações de moradores reunidas pela Federação de Associações de Moradores.

No que tange ao esporte, a presença na Granja Comary da concentração oficial das seleções da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, de repercussão nacional, poderá tornar-se, além de um fator do prestígio local na área, um estímulo a ações de difusão da cultura esportiva.

A cidade dispõe, ainda, de três grandes bibliotecas: uma vinculada ao poder público municipal e duas ao UNIFESO, estas integradas a um sistema de bibliotecas com atendimento nos vários campi da instituição e no Hospital das Clínicas de Teresópolis Costantino Ottaviano – HCTCO. A Biblioteca Municipal, aberta à comunidade, dispõe de um acervo com cerca de 12 000 exemplares. As bibliotecas do UNIFESO, com acervo aproximado de 43 000 exemplares, embora especificamente destinadas para o seu corpo docente e discente, são também abertas à comunidade. Destaque-se o peso histórico das aproximadamente 8 000 obras que pertenceram ao Dr. Miguel Couto, figura renomada do meio médico, doadas à FESO por sua família.

A Academia Teresopolitana de Letras, integrada por intelectuais, poetas e escritores, certamente se mostra como espaço capaz de fomentar o conhecimento e a reflexão sobre a produção artística e literária da cidade.

No campo das artes cênicas, têm-se, em Teresópolis, três salas de cinema e dois espaços teatrais: o Teatro Municipal de Teresópolis e o do SESC. Os auditórios do UNIFESO têm possibilitado a realização de projetos nessa área, se afigurando também como espaços potenciais para o exercício e expansão das artes cênicas na dinâmica de formação dos estudantes e da comunidade.

Na área do ensino básico, a cidade possui 46 estabelecimentos da pré-escola; 102 de ensino fundamental e 15 de ensino médio, considerando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, relativos ao ano de 2004.

A FESO é sem dúvida a maior organização econômica, político-social, educacional e cultural da cidade, atendendo as necessidades educacionais desde a educação básica até ao ensino de pós-graduação. Destaca-se ainda na área da assistência à saúde, mantendo especialmente um hospital de ensino que é referência na região. É a maior empresa em termos de folha de pagamento e de número de contratação de empregos do município. Insere-se também nos movimentos artístico-culturais e mantém sua participação nos movimentos comunitários. É esta fundação a mantenedora do UNIFESO.

1.2. Evoluindo ao longo de 40 anos

A Fundação Educacional Serra dos Órgãos – FESO, sediada em Teresópolis, foi criada em 20 de janeiro de 1966, por um grupo de pessoas, setores e instituições da sociedade civil organizada.

Sua história é fruto do trabalho árduo e incessante de um grupo de idealistas empenhados na concretização de um projeto que a muitos parecia impossível. Esses pioneiros, integrados na vida política e social do Município e preocupados com o seu desenvolvimento, tinham por objetivo ampliar a oferta educacional do segundo grau em Teresópolis. Para atingir tal objetivo, a Instituição foi organizada naquele ano como fundação de direito privado sem fins lucrativos pelo Decreto Municipal nº 2/66, passando a ser reconhecida como de Utilidade Pública Municipal três anos depois, pelo Decreto n.º 98/69 e de Utilidade Pública Federal em 1983, pelo Decreto nº 88747/83.

Sua implantação começa em 1970, com a criação da Faculdade de Medicina – FMT, autorizada pelo Decreto n.º 66.435 de 10/04/70 e reconhecida pelo Decreto n.º 75237 de 16/01/75. Esta época é marcada pelo processo de grande expansão das escolas médicas no Brasil, principalmente na Região Sudeste, havendo uma forte demanda de vagas na área de Medicina, sem a possibilidade de serem atendidas pelas IES então existentes. Tal fato demonstra que a FESO, como Instituição, se estrutura a partir de uma dinâmica nacional de ampliação do ensino superior.

Objetivando oferecer um cenário de aprendizagem hospitalar para seus estudantes, a FESO firmou convênio com a Prefeitura Municipal de Teresópolis, em 1972, para cessão do então Hospital Municipal, que passou a ser Hospital das Clínicas de Teresópolis (HCT), hoje denominado Hospital das Clínicas de Teresópolis Costantino Ottaviano (HCTCO), certificado pelo MEC / MS como hospital de ensino. Começou, assim, um movimento de estreitar as relações com a comunidade através da prestação de serviços na área da saúde às classes menos favorecidas, beneficiárias do antigo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS). Ao mesmo tempo, a FESO inaugurou sua parceria com o setor público municipal e federal.

Motivada pela demanda e pela necessidade de criação de novas especialidades, verificou-se, no decorrer do tempo, a expansão do HCT, com a construção de uma Unidade de Emergência, novas enfermarias e ambulatórios, bem como a aquisição de equipamentos de diagnóstico e tratamento, em coerência com a evolução técnica e tecnológica do setor saúde. Em 1995, com o surgimento dos planos de saúde privados, o HCT inaugurou um pavilhão próprio para atendimento à clientela coberta por esses convênios. Frise-se que, desde sua inauguração, o hospital tem destinado, pelo menos, 80% de sua capacidade instalada ao atendimento dos usuários da rede de serviços públicos de saúde (Sistema Único de Saúde – SUS).

Atenta às necessidades do município de Teresópolis e dos municípios circunvizinhos na área do ensino superior, a FESO ampliou seu foco de atenção, em 1975, com a criação das faculdades de Administração e de Ciências Contábeis – FACCE expandindo a oferta educacional para área de ciências humanas e sociais. Em 1985 implantou-se a Faculdade de Enfermagem. Com relação a esta, cabe ressaltar a valiosa contribuição trazida para a própria melhoria dos serviços prestados pelo hospital com a formação de novos enfermeiros.

Em 1983, foi criada uma Unidade Básica de Saúde em uma comunidade de Teresópolis, denominada Beira-Linha, com o objetivo de desenvolver ações de atenção primária à saúde, bem como servir de cenário de ensino/aprendizagem aos estudantes do Curso de Medicina e do Curso de Enfermagem. Em 1998, implantou-se, nessa unidade, o programa Estratégia de Saúde da Família (PSF), como parte de um projeto municipal, atingindo outras oito unidades administradas pelo poder público local com orientação técnica da FESO. Isto porque, em 1999, a Instituição foi credenciada pelo Ministério da Saúde como Pólo de Capacitação, Formação e Educação Permanente das Equipes Básicas do PSF da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Vale dizer que a criação do Pólo representou uma sensível inserção regional da FESO na medida em que a maioria dos municípios serranos teve suas equipes do PSF capacitadas pela Instituição.

No ano de 1982, fiel à filosofia institucional de atendimento às demandas comunitárias e a sua vocação original, a Fundação criou o Centro Educacional Serra dos Órgãos – CESO, para atender à educação básica, nos níveis da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Ao mesmo tempo em que se dava este crescimento da instituição, aperfeiçoou-se internamente o processo pedagógico e acadêmico. Em 1989, a FESO estruturou o Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAPP, para atender, em princípio, às necessidades na área de ensino/aprendizagem do Curso de Medicina. Oriundos de diversos estados do Brasil, os estudantes, ao fixar residência em Teresópolis, sofriam significativa mudança psicossocial cujas conseqüências se faziam perceber academicamente. O surgimento do NAPP demonstrou a preocupação da Fundação com a qualidade de ensino oferecido e a adaptação dos estudantes ao Curso e à cidade. Atualmente as atividades do NAPP se estendem a todos os cursos superiores oferecidos pela FESO.

Com o crescimento institucional, observou-se certa desarticulação entre as várias unidades mantidas pela Fundação, devido ao fato de se ter, até então, a condição de Faculdades Isoladas. Encaminhou-se, assim, processo ao MEC, para transformação destas em Faculdades Unificadas, o que foi autorizado em 1994. Com isso, unificaram-se as normas acadêmicas e todo o processo de gestão, buscando-se maior agilidade e eficiência acadêmico-administrativa. Investir na mudança do modelo gestor, articulado através de unidades acadêmicas coordenadas, mais flexível e participativo foi a opção encontrada para consolidar este novo momento institucional.

Tal unificação gerou a necessidade de ordenar as ações voltadas para a pós-graduação e a extensão, até então desenvolvidas no âmbito de cada faculdade isoladamente, ocasionando a criação, ainda em 1994, do Núcleo de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão – NPPE, com três funções definidas à época: 1) promover cursos de especialização e aperfeiçoamento para as comunidades interna e externa; 2) iniciar uma política de pesquisa e 3) viabilizar a atividade de extensão.

Neste mesmo ano, considerando o rápido desenvolvimento da informática e suas crescentes aplicações na sociedade, foi implantado um novo curso, denominado Tecnologia em Processamento de Dados.

Atenta às questões do seu tempo, a FESO, em função do aumento da expectativa de vida das pessoas, bem como a necessidade de criar espaços de inserção social dos idosos na cidade de Teresópolis, em que se concentra significativa faixa da população de mais de 60 anos, implantou em 1996 um programa de extensão intitulado Universidade na Terceira Idade - UNIVERTI, com o objetivo de promover e aprimorar o conhecimento, através de cursos, palestras e seminários em diversas áreas e oferecer atividades físicas, artísticas e sociais.

No ano seguinte, como nova expressão da preocupação constante em ampliar sua presença no contexto sociocultural de Teresópolis, a FESO acatou proposta de encampação da Fundação Theodor Heuberger – Pro Arte, cujo objetivo era fomentar atividades artísticas e de incentivo à cultura, e que, naquele momento, apresentava sérias dificuldades financeiras. Pela proposta, a FESO incorporou o prédio e todo seu acervo ao seu patrimônio e assumiu os compromissos financeiros da Fundação, bem como o de manter suas atividades originais. A partir de então, a FESO instituiu o Núcleo Cultural FESO Pro Arte, hoje, Centro Cultural FESO Pro Arte.

Ainda em 1997 foi adquirida a Quinta do Paraíso, com cerca de um milhão de metros quadrados, localizada estrategicamente próxima ao Hospital das Clínicas e ao eixo rodoviário formado pelas estradas Rio-Bahia e Teresópolis-Friburgo. Essa aquisição garantiu um espaço adequado para a construção de um novo *campus*, visando à sustentação da expansão institucional.

Em 1998, consagrando o interesse institucional de ampliar a oferta educacional e cultural na cidade de Teresópolis, foi criado o curso de Pedagogia, para atender às demandas local e regional dos profissionais vinculados às redes públicas e privada de ensino, dos egressos do curso de formação de professores, bem como do ensino médio e equivalente.

Em 1999, foram criados os Centros de Ciências Biomédicas – CCBM, hoje Centro de Ciências da Saúde - CCS e de Ciências Humanas e Sociais – CCHS, visando à integração e à articulação dos cursos de graduação em áreas afins e seu conseqüente fortalecimento. No mesmo período, agregaram-se aos seus respectivos Centros os novos Cursos de Odontologia e de Direito, bem como o de Medicina Veterinária no ano seguinte, todos em função da necessidade de responder à diversificação de oferta e captação de recursos que a instituição demandava. Em 2001 foi implantado o Curso de Fisioterapia, que encerrou o ciclo de expansão planejado, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional 2003-2007.

Vale destacar que o Curso de Tecnologia em Processamento de Dados, por solicitação institucional foi, após avaliação realizada pelo MEC, transformando em Curso de Ciência da Computação em 2006.

A pós-graduação *lato-sensu* iniciou-se na instituição com a oferta de curso de especialização em Medicina do Trabalho, em meados da década de 70. Em seguida surgiram as Residências Médicas, que se expandiram até aos seis programas hoje existentes, juntamente com uma Residência Multiprofissional. Até o momento, se desenvolveu, atingindo o total de 18 cursos de especialização ofertados.

A partir de 2000, sob a influência das Diretrizes Curriculares Nacionais, das auto-avaliações promovidas pela Comissão Permanente de Avaliação como era denominada na época a CPA, das avaliações externas (Exame Nacional de Curso e Condições de Ensino) foi desencadeado um movimento institucional de discussão e aprimoramento dos projetos pedagógicos dos cursos para atender as demandas externas e internas identificadas.

No ano de 2001, deu-se a criação da Odontoclínica, possibilitando a prática diária aos estudantes de odontologia, oferecendo atenção à saúde bucal nas áreas de ortodontia, periodontia, cirurgia, dentística e endodontia, bem como promovendo ações de promoção e prevenção específica.

Em 2002, foi criada a Clínica Veterinária, setor de fundamental importância para o desenvolvimento profissional dos estudantes, propiciando a atenção à saúde animal, representando mais uma área de integração do UNIFESO com a comunidade, propiciando a diversificação de cenário de aprendizagem aos estudantes e funcionando também como uma ação de controle de zoonoses, importante ação na área de Vigilância em Saúde para o município.

Ainda em 2002, criou-se o Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito, representando outro setor de integração com a comunidade através do atendimento realizado no escritório-modelo, em benefício da população menos favorecida.

Em 2004, instalou-se a Clínica de Fisioterapia, prestando serviços à comunidade, mais uma vez fortalecendo e incrementando o serviço de saúde local, complementando os serviços de saúde já existentes.

Destaca-se, a partir de 2003, a seleção do curso de Medicina feita pelo MEC/MS/OPAS para financiamento e implantação do PROMED (Programa de Mudança Curricular para os Cursos de Medicina) estando entre as 19 escolas selecionadas nacionalmente.

Nesta seqüência ressalta-se a melhoria acentuada do perfil dos cursos, o que vem indicado tanto nas avaliações do ENADE como nos conceitos das comissões de reconhecimento e de sua renovação. Chegou-se finalmente à inclusão dos cursos de Medicina, Enfermagem e Odontologia no Pro Saúde - Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde.

Na perspectiva do aperfeiçoamento institucional, nos aspectos pedagógico, acadêmico e administrativo, a FESO antecipou-se às políticas oficiais de avaliação instituindo, a partir de 1999, a já citada Comissão Permanente de Avaliação - CPA, que desenvolveu a cultura avaliativa como instrumento do seu desenvolvimento e transformação.

Nesta linha de evolução, após submeter-se a uma avaliação externa, promovida pela CPA, o HCTCO passou por um processo de reestruturação visando à melhoria da qualidade da gestão do ensino e da assistência, o que culminou com a certificação do Hospital pelo Ministério da Saúde – MS e pelo Ministério da Educação – MEC como hospital de ensino.

Recentemente, em 2006, foi aprovado o novo Regimento Interno do Hospital, que institui o Colegiado de Gestão possibilitando maior integração ensino-trabalho com impacto nos procesos de formação dos estudantes dos diversos cursos do UNIFESO, assim como no modelo de atenção à saúde.

Nas avaliações institucionais de 2000 e 2003, ficara evidente o estágio incipiente da pesquisa na instituição, malgrado iniciativas e esforços isolados. A partir de então, vêm sendo desenvolvidas ações destinadas ao incentivo da integração entre a pesquisa, o ensino e a extensão, iniciando-se com a criação do Fundo de Apoio à Pós-graduação, Pesquisa e Extensão – FAPPE e culminando com a aprovação para o Plano de Metas 2006 de um Programa de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão - PICPE.

Recentemente também se definiram melhor as cinco linhas de atuação na área de extensão universitária: a) divulgação e disseminação de produção acadêmica institucionalizada com a publicação de livros, periódicos e a realização de eventos científicos; b) atividade assistencial desenvolvida nos serviços de saúde; c) prestação de serviços nas consultorias e atendimentos jurídicos à população de baixa renda; d) participação e promoção de manifestações artístico-culturais; e) participação em movimentos comunitários e político-sociais.

De acordo com o PDI, as instalações físicas da instituição foram sendo ampliadas para atender as demandas crescentes, tanto para aquelas advindas da implantação dos novos cursos, quanto àquelas determinadas pelas necessidades de melhoria na qualidade dos serviços oferecidos. Neste contexto, cabe destacar a expansão física da Biblioteca Central, assim como o aporte de recursos para o acervo de livros, periódicos e de multimeios. Atualmente, evoluiu-se para a constituição do SIB (Sistema Integrado de Bibliotecas), envolvendo as Bibliotecas Central e Setoriais.

Com as ações concretizadas pela FESO nesses últimos anos, ou seja, criação de novos cursos abrangendo as áreas da saúde, de ciências humanas e tecnologia, revelaram-se as condições de transformação das Faculdades Unificadas em Centro Universitário, o que acaba de ser reconhecido oficialmente neste ano de 2006.



Faculdade de Ciências da Saúde

Legenda

- FESO - Fundação Educacional Serra dos Órgãos
- HCTCO - Hospital das Clínicas de Teresópolis Constantino Oltaviano
- CESO - Centro Educacional Serra dos Órgãos
- PICPE - Projeto de Iniciação Científica Pesquisa e Extensão
- UBS - Unidade Básica de Saúde
- DPFE - Direção de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão
- UNIVERTI - Universidade na Terceira Idade
- CCT - Centro de Ciências e Tecnologia
- CCS - Centro de Ciências da Saúde
- CCHS - Centro de Ciências Humanas e Sociais
- CCBIM - Centro de Ciências Biomédicas
- CPA - Comissão Própria de Avaliação
- PROMED - Programa de Incentivo às Mudanças Curriculares para Escolas Médicas
- PSF - Programa de Saúde da Família
- * Polo de Capacitação em Saúde da Família do Estado do Rio de Janeiro



Centro Universitário

2. PROPOSTA FILOSÓFICO-EDUCACIONAL

2.1. Introdução

O Projeto Político-Pedagógico Institucional - PPPI deste Centro Universitário, por sua própria natureza e em vista da temática que abrange e articula, é um documento sintético e programático. Ele pretende, porém, conter com clareza e precisão a proposta filosófico-educacional da instituição, ou seja, qual a *pedagogia* e a *andragogia* a que se propõe a ação educacional do UNIFESO.

Deste modo, explicita as posições da instituição a respeito do homem, do mundo e de sua relação na educação, demonstrando como a instituição vê a si mesma, como vê a sociedade a que serve e que tipo de homem pretende formar. Estas categorias básicas de um pensamento educacional não significam conceitos ou noções isoladas e destinadas a compor um discurso oficial, mas uma concepção de valores que dão o conteúdo e a substância da prática cotidiana da organização educativa. Esta é uma perspectiva axiológica.

Dir-se-ia que, por seu PPPI, o UNIFESO procura ter claro para onde vai, nas finalidades, objetivos e metas a perseguir. Mais ainda importa ter claro aonde não quer ir. Esta é a visão dos conhecimentos e deliberações que definem a conduta de uma pessoa adulta. O mesmo se dá com as instituições. Aqui se tem uma abordagem teleológica.

Antes de tudo, o UNIFESO se define como uma instituição particular, sem fins lucrativos, mantida por uma Fundação Educacional de direito privado que se constitui no maior empreendimento econômico, social, educacional e cultural de uma comunidade marcada pelas desigualdades regionais e estruturais do país. Neste quadro sócio-político, o Centro Universitário mantido pela FESO se propõe como oferta de oportunidades de ensino e de assistência à população, sem visar à apropriação de lucro, mas dependendo da produção econômica dos serviços que presta.

Em quarenta anos de história, a FESO se caracteriza como uma instituição de responsabilidade social inspirada em uma proposta de atendimento e de serviço ao município-sede e à região em que se situa.

Com estas características, o UNIFESO apresenta o perfil de um centro comunitário, sem a figura do “donó” ou “proprietário” buscando seus próprios interesses, mas com a ênfase numa finalidade maior, que é a sua própria missão: “*promover a educação, a ciência e a cultura constituindo-se num pólo de desenvolvimento regional, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade justa, solidária e ética.*”

O UNIFESO se propõe uma concepção de **educação, ciência e cultura** como um amplo e aberto processo vital e dialógico em que se integram os indivíduos e os grupos humanos na sua formação e no seu desenvolvimento integral. Este processo

abrange os momentos da conscientização, da socialização e do compromisso histórico das pessoas e das instituições na construção do mundo, preservando sempre, como fundamento do qual depende todo o resto, a liberdade e a autonomia da consciência individual. Essa dialética se exprime na articulação dos postulados da **ética, da justiça e da solidariedade**.

Por **ética** se entende o conjunto de princípios fundamentais que orientam a moral e os costumes dos indivíduos, dos grupos humanos e dos povos e nações. Ela inspira a visão fundamental do bem e do mal para a condução das práticas humanas, sociais e políticas. Como ciência, destaca-se no conhecimento filosófico, como o estudo do comportamento moral dos seres humanos em sociedade. Torna-se, então, o conjunto de normas de comportamento e formas de vida através do quais os seres humanos tendem a realizar o valor do bem. Inspira a coerência entre os fins e os meios utilizados para alcançá-los no propósito de defender valores fundamentais como a vida e a dignidade humana, o respeito entre os homens. É também a capacidade humana de pensar as próprias finalidades de seu agir social.

Justiça significa a igualdade de todos os cidadãos. É o princípio básico de um acordo ou do pacto que objetiva manter a ordem social através da preservação dos direitos, seja através de sua definição e proteção, seja nos casos de conflito em que se torne necessária alguma forma de arbitragem. Entretanto, “a justiça não é uma simples relação extrínseca ou formal, aritmética ou geométrica, dos atos humanos, mas sim a unidade concreta desses atos, de modo a constituírem um bem intersubjetivo, ou, melhor, o bem comum” (Reale, 2002).

A **ética e a justiça** não se exercem sem a **solidariedade**. Esta é a adesão permanente à causa dos interesses coletivos, especialmente dos que se referem aos mais necessitados. Trata-se da atitude e do sentimento de altruísmo que leva os indivíduos e grupos a tomar decisões que impliquem na consideração maior do bem comum e na dedicação do próprio tempo, recursos e esforços de uma maneira voltada para o bem do outro. É a capacidade humana de se colocar no lugar e na situação do outro, é a compaixão, no sentido mais profundo dos termos, decorrendo daí comportamentos de respeito e colaboração.

Responsabilidade social é a versão institucional da **solidariedade**. Ao lado daquela que é sua função particular de remunerar um investimento, uma empresa cumpre sua função social quando oferece um bem ou serviço ao mercado, recolhe tributos e gera empregos. É por isso que podemos entender uma empresa como uma instituição social, um agente da sociedade criado com a finalidade de satisfazer necessidades sociais e ecológicas. Pode-se ver a FESO e o UNIFESO como empresa. Mas o empreendimento que são a mantenedora e a mantida excede e transcende a esta simples dimensão.

Com efeito, a **responsabilidade social**, um conceito relativamente recente, se refere à percepção de que indivíduos e organizações têm das obrigações para com a sociedade que não são simplesmente exigidas do Estado. Responsabilidade social é, portanto, uma preocupação e uma atuação, tanto de indivíduos como de organizações, para assegurar a satisfação de necessidades do ser humano e da comunidade, na sua convivência social e na sua situação no meio ambiente. Nisto se enquadra toda a trajetória histórica da FESO.

Ela surgiu e cresceu para o **desenvolvimento** loco-regional, concebendo-o como resultado do crescimento da atividade econômica, social, política, educacional e cultural de forma articulada, coerente e concomitante à melhoria da qualidade de vida da população. Neste conceito de desenvolvimento, as ações e decisões econômicas devem levar em conta seus impactos sociais e ambientais, de modo que a qualidade de vida cresça juntamente com os indicadores da produtividade. Assim sendo, o **desenvolvimento** precisa ser global, articulando ao mesmo tempo os fatores ambientais, demográficos, econômicos e sociais, buscando integrá-los numa totalidade orgânica, rumo à superação das condições de miséria, pobreza e de carência, aumentando a geração da renda, a oferta de trabalho e emprego, combatendo as desigualdades sociais, regionais e intra-regionais e proporcionando o acesso aos direitos sociais (saúde, educação, moradia, segurança), com qualidade.

2.2. Princípios ou Pressupostos Fundamentais

Este PPPI pretende assentar-se sobre bases teórico-conceituais sólidas e consistentes de modo a garantir a sua conseqüente aplicação e a assegurar o seu coerente desenvolvimento como a proposta coletivamente elaborada pela comunidade acadêmica do UNIFESO. Destacam-se a seguir os princípios de base ou pressupostos, no decálogo seguinte.

2.2.1. A educação é um processo de formação integral, integrada, integrante e integradora das pessoas e dos grupos. Ela se faz na liberdade do ser humano. Nisto reside o fundamento da autonomia moral e intelectual, que é uma capacidade a ser exercida pelos atores do processo educacional, e seu desenvolvimento se dá em função de uma prática educativa, coerentemente com esta finalidade. A educação escolar será vista na amplitude de um processo que integra os níveis da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e a educação superior (ensino de graduação, seqüencial e de pós-graduação).

2.2.2. O estudante é considerado, antes de tudo, como uma pessoa, autônoma e livre, na sua identidade bio-psíquico-social, histórico-cultural, nas suas particularidades, interesses e necessidades, sujeito de um processo de inter-relações e de interações históricas de humanização, de personalização, de socialização e politização, na construção do mundo.

2.2.3. O profissional docente, como agente deste processo educativo, define-se em uma função pedagógica e andragógica de diálogo permanente em que importa que seja capaz de interrogar constantemente sua própria prática, assim como orientar o estudante nesse sentido para que ambos reconstruam suas concepções, sua maneira de olhar o mundo e seu engajamento nas práticas sociais, como cidadãos e como profissionais.

2.2.4. O processo de desenvolvimento da capacidade de aprender e do pensamento crítico se faz com o aperfeiçoamento da comunicação inter-pessoal no uso das linguagens, como meio de constituição dos conhecimentos e da formação de atitudes e valores. Assim se fixam as bases teóricas da concepção do currículo dos cursos e programas.

2.2.5. A interdisciplinaridade didática, decorrente da unidade e da integração do objeto do saber, será buscada pela constante cooperação entre as áreas do conhecimento e os campos de suas confluências. Esta posição epistemológica supõe um eixo integrador, a constituir-se como um objeto de um projeto de investigação – **pesquisa**, de uma proposta de construção científica - **ensino** e um plano de intervenção, aplicação e transferência - **extensão**.

2.2.6. A atividade investigativa e o exercício da extensão, por serem fundamentais à vida acadêmica, estão articulados e integrados indissociavelmente ao ensino. A prática investigativa promoverá a formação do cidadão participativo e do profissional reflexivo que não apenas se utiliza do conhecimento e da técnica, mas recria e atualiza novas formas de domínio, apropriação e aplicação do saber científico para o bem comum da sociedade. Deste modo se formam os fundamentos da integração entre as funções essenciais da educação superior.

2.2.7. O ensino em todos os seus níveis e graus haverá de concretizar-se pela articulação entre teoria e prática profissionais, pela otimização e flexibilização dos currículos, pela qualificação e dedicação docente às atividades acadêmicas e pela busca da integração entre os diversos cursos e programas.

2.2.8. Sobre a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) se funda a expectativa da consistência de todo o processo educacional escolar. O ensino de graduação, por sua natureza, há de ser generalista, pluralista e crítico, admitindo-se, todavia, especificidades nas formações profissionais e técnicas, considerando-se que sólidos conhecimentos fundamentais das diversas áreas do saber embasam o desenvolvimento das competências do estudante. A formação de profissionais pós-graduados em programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, nas diferentes áreas do conhecimento, precisa atender às necessidades estratégicas da sociedade, no seu desenvolvimento econômico, social, político, cultural e educacional.

2.2.9. A eficiência, a eficácia e efetividade da educação e do ensino, em todos os seus níveis e graus, sua relevância, pertinência e qualidade constituem-se em objeto de permanente avaliação institucional e de desempenho, interna e externa, envolvendo a totalidade da organização e suas partes integrantes.

2.2.10. A produção científica far-se-á no âmbito das atividades de ensino, estruturadas curricularmente nas propostas político-pedagógicas de cada curso ou programa em projetos de disciplinas, de áreas e de campos temáticos, articulados com o desenvolvimento da investigação científica de professores, estudantes e técnicos e com a prática das atividades de extensão.



3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

3.1. Introdução

Desde as primeiras elaborações surgidas no segundo semestre de 2003, tem-se revelado como um eixo condutor da reflexão a indissociabilidade da pesquisa, do ensino e da extensão, preferindo-se apresentar esta trilogia a partir da pesquisa que produz o conhecimento, para o ensino que o constrói na sua transmissão dinâmica e social e para a extensão que transfere e aplica este conhecimento. Assim se pretende chamar a atenção para a lógica do processo de integração e de indissociabilidade, tendo o conhecimento como o núcleo definidor. Por esta via se supera a perspectiva gerencial e burocrática de uma divisão do trabalho universitário.

Estas três funções se exercem, porém, num contexto de administração geral dos recursos e meios e de uma gestão acadêmica centrada nos processos de produção de qualidade.

Para articular a complexidade deste universo de ação coletiva e social, propõem-se os Projeto Político-Pedagógico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

3.2. Política de Indissociabilidade Pesquisa-Ensino-Extensão

O princípio da indissociabilidade da pesquisa, do ensino e da extensão não quer dizer que cada docente seja transformado, por decreto, em professor-pesquisador-extensionista. Na instituição de ensino superior, consideramos essencial que a investigação, a transmissão, a aplicação e transferência do conhecimento se façam permanentemente, em uma articulação e em uma integração essencial. Todo ensino envolve a perspectiva da produção e da inovação do conhecimento.

A função institucional da pesquisa ou investigação filosófica, científica, artística e literária é configurada como um processo de produção do conhecimento novo, em torno de objetos definidos e respondendo a uma problematização específica, segundo uma metodologia precisa.

A função institucional da extensão se concebe como um mecanismo acadêmico de formação que articula a produção científica e sua transmissão com a aplicação e transferência dos resultados. Isto se faz num processo educativo, acadêmico, científico, cultural e comunitário que relaciona a pesquisa e o ensino de forma indissociável. Do mesmo modo, é a extensão que viabiliza e operacionaliza a relação transformadora e biunívoca entre Universidade e Sociedade, Sociedade e Universidade.

O Plano Nacional de Extensão Universitária assim apresenta a extensão:

“A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integradora do social.”

Desde a primeira elaboração do Projeto Institucional da FESO, em 2000, preceituava-se:

“As atividades de extensão devem significar uma troca sistemática e permanente de saberes, por meio de uma comunicação produtiva com a sociedade. A Instituição, por intermédio da extensão, proporcionará o desenvolvimento acadêmico e cultural e promoverá a ação social e a prestação de serviços articulados com as diferentes demandas. A extensão deve basear-se nas demandas da sociedade, de forma que as ações e transformações decorrentes promovam o desenvolvimento regional.”(p.20)

As atividades dos cursos de graduação e pós-graduação garantirão a indissociabilidade entre a pesquisa, ensino e extensão. Assim sendo, os projetos político-pedagógicos dos cursos devem explicitar como se dará a indissociabilidade no desenvolvimento de suas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Orientação semelhante há de ser seguida também pelos fóruns de produção acadêmica dos centros, devendo ficar claro em seus projetos as maneiras como será garantida a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.

3.3. Política de Pesquisa

A função institucional da pesquisa ou investigação filosófica, científica, artística e literária é configurada como um processo de produção do conhecimento novo, em torno de objetos definidos e respondendo a uma problematização específica, segundo uma metodologia precisa. Mas, se, por um lado, a vulgarização do termo pesquisa leva a confundi-la com qualquer atividade intelectual, tirando-lhe sua natureza própria, não se pode, por outro lado, negar a dimensão de pesquisa presente em toda atividade didática, não só na formação do hábito e da atitude de investigação, no estímulo à criatividade e no despertar da curiosidade, mas também na sedimentação de uma mentalidade e de um comportamento científico. Ela é entendida como princípio de formação, indissociável do ensino e da extensão. Como se estabelece no Projeto Institucional da FESO, “a pesquisa deve ser entendida como atividade que atravessa a sala de aula, não como atividade superior ou exterior à prática pedagógica, mas como necessidade cotidiana, partindo da prática e voltando a ela para aprimorá-la”.(p.19)

O UNIFESO reconhece a relevância social e científica da pesquisa para a realização de sua missão e de seus objetivos institucionais. Por isso, impõe a si mesmo a exigência permanente de realizar suas atividades de pesquisa buscando contribuir para o desenvolvimento local e regional, envolvendo o quanto possível os vários atores sociais da região. Assim sendo, buscará sempre identificar as demandas sociais que possam ser encaminhadas dentro de suas competências acadêmicas, de modo a criar sinergia entre as necessidades e práticas sociais e a capacidade de pesquisa da instituição. Sua política nesta área orienta-se também por práticas institucionais que possibilitem a formação de pesquisadores, sempre articulando a pesquisa com as demais atividades acadêmicas e tornando disponível sua produção científica para a sociedade.

A política de pesquisa do UNIFESO estrutura-se a partir da iniciação científica articulada com o consolidado programa de monitoria, do estímulo à capacitação e qualificação docente. Esta política se volta para a produção acadêmica institucionalizada, em linhas de pesquisa a serem implementadas em um amplo Programa de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão – PICPE.

A responsabilidade institucional pela criação, regulamentação, orientação e condução da política de pesquisa, bem como sua avaliação e aperfeiçoamento, cabe à Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão – PROPPE e à Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD.

3.3.1. Linhas de Pesquisa

Seguindo o conceito utilizado pelo CNPq (<http://lattes.cnpq.br/diretorio/faq.jsp>), as linhas de pesquisa “representam temas aglutinadores de estudos científicos que se fundamentam em tradição investigativa, de onde se originam projetos cujos resultados guardam afinidade entre si”.

Considerando as características e o estado de desenvolvimento do UNIFESO, torna-se de relevância a definição de linhas de pesquisa de acordo com os objetivos institucionais e da missão do UNIFESO para o desenvolvimento integrado da atividade de investigação. Elas funcionam como referenciais gerais para a construção, articulação e realização de projetos, auxiliando nas decisões sobre o rumo e nas definições dos objetos de investigação no contexto local e regional do Centro Universitário. São importantes também na delimitação dos campos específicos do conhecimento em que os estudos e projetos serão inseridos, além de oferecerem orientação teórica e procedimentos adequados aos pesquisadores envolvidos.

As linhas de pesquisa dos cursos de graduação e pós-graduação estarão previstas em programas integradores dos Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão e nos projetos político-pedagógicos de todos os cursos.

3.3.2. Iniciação Científica

A iniciação científica é um processo educativo fundamental para a criação de uma cultura de pesquisa na instituição, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da extensão e não apenas formando futuros pesquisadores. É imprescindível que ela aconteça no contexto de projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes, ligados às linhas de pesquisa definidas pela instituição, ou, pelo menos, através da monitoria, que assume uma relação fundamental com a iniciação científica.

Entretanto, a concepção que se quer dar à IC é de integração com o ensino, não fazendo desta um simples programa de bolsa ou de estímulos para um grupo selecionado. A investigação científica para a qual devem ser despertados todos os estudantes em toda ação didático-pedagógica, é que se constitui o cerne desta iniciação.

Como um programa de incentivos, a Iniciação Científica é uma das linhas de atuação do PICPE e se realizará sempre a partir dos períodos iniciais dos cursos de graduação, recomendado-se, inclusive, que se abra espaço nos currículos para a inclusão destas atividades. Para tanto, o UNIFESO apoiará as ações de iniciação científica, valendo-se dos meios possíveis e disponíveis, desde o financiamento próprio, de acordo com as condições institucionais, como junto aos órgãos de fomento, parceria com empresas e com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

3.3.3. Monitoria

O UNIFESO se implanta trazendo das Faculdades Unificadas uma longa experiência na área do estágio de monitoria, integrado na formação acadêmica dos estudantes. Historicamente o principal objetivo da monitoria era despertar no estudante o interesse pela carreira docente, recorrendo-se, para isso, ao exercício de atividades que auxiliem os professores no desenvolvimento de seus fazeres técnicos e didáticos. Desde algum tempo, porém, as Faculdades Unificadas, hoje transformadas em UNIFESO, entenderam que a monitoria, além de possibilitar o estímulo à docência e promover a cooperação entre estudantes e professores, define-se como um processo de iniciação à pesquisa, integrada com a iniciação científica. Por isso, a monitoria deve garantir o desenvolvimento de atividades de IC, assegurando aos estudantes monitores espaços de socialização da produção acadêmica institucional.

3.3.4. Capacitação Docente

Uma conquista histórica das Faculdades Unificadas foi o Programa de Incentivo à Capacitação Docente em aplicação na instituição, desde 1996. Este Projeto Político-Pedagógico Institucional preconiza a sua continuidade como ferramenta institucional de fomento à pesquisa e à formação do pessoal docente. É recomendável que, nas avaliações do Programa, se dê atenção especial ao seu impacto na formação de pesquisadores e sua articulação com a produção acadêmica institucionalizada, integrada com as atividades de pesquisa, ensino, extensão.

3.3.5. Produção Acadêmica Institucionalizada

A política de produção acadêmica do UNIFESO procura atender a todas as demandas oriundas da instituição, de seu corpo docente, discente e técnico-administrativo, dentro das linhas estabelecidas pelo PICPE. Isto significa que deverão ser contempladas todas as modalidades de apresentação de trabalhos científicos, em diferentes mídias, de acordo com a especificidade do produto. A instituição estimulará as diversas modalidades de produção acadêmica: a bibliográfica (monografias, dissertações, teses, trabalhos em eventos, publicação de artigos e livros), a técnica (*softwares*, produtos, processos, trabalhos técnicos, propriedade intelectual) e a cultural (produções artísticas e afins).

As normas de publicação de todas as modalidades de produção acadêmica serão elaboradas de acordo com os critérios indicados pelas instituições de normatização reconhecidas internacionalmente. É recomendável que os trabalhos de conclusão de curso e/ou monografias dos cursos de graduação e pós-graduação estejam vinculados às linhas de pesquisa institucionalizadas.

3.4. Política de Ensino

A função institucional do ensino é constituída como um processo de socialização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, na atividade de investigação. O ensino precisa ser visto numa perspectiva dinâmica de processo estrutural de construção do conhecimento e não numa visão estática de transmissão passiva de conteúdos de disciplinas isoladas, marcadas pela divisão das ciências da epistemologia positivista. Nisto se tem de considerar a atitude investigativa como princípio pedagógico inerente ao ensino e a relação de interação ensino-trabalho. A revisão dos currículos, sob esta nova orientação teórica, faz-se no sentido de garantir uma integração orgânica do processo formativo, superada uma concepção conteudística. Nesta abordagem processual e dinâmica, exige-se a participação ativa de docente e discente, superando-se a didática reprodutivista, centrada no professor. Importa que este se renove e atualize-se continuamente nas fontes da pesquisa ou da investigação sistemática. Aqui reside o diferencial de qualidade do ensino a que se propõe este PPPI.

Depois da consideração da função de investigação científica através da pesquisa, chegamos logicamente à função da construção do conhecimento no ensino. Supera-se deste modo a concepção tradicional de uma simples transmissão repetitiva de dados e informações através de aulas e exposições. O ensino passa a ser visto como uma vinculação ao pólo unificador do processo: pesquisa que gera ensino e que se traduz socialmente na extensão. Ultrapassa-se a visão de antigas escolas superiores voltadas essencialmente para o ensino de conteúdos e não para a formação do profissional e do homem.

O ensino que o UNIFESO proporciona a seus estudantes garante a qualidade técnica necessária à formação profissional e ao mesmo tempo a inserção social cidadã, ativa e participativa. Para isso, o ensino se articula indissociavelmente à pesquisa e à extensão, como forma indispensável de garantir aos estudantes aquela formação profissional de qualidade ao mesmo tempo comprometida com as demandas sociais e ambientais.

A interdisciplinaridade será buscada pela constante cooperação entre áreas do conhecimento. Ela supõe um eixo integrador, que pode ser um objeto de conhecimento, identificado num projeto de pesquisa, num plano de intervenção, no desenvolvimento de uma unidade didática. O princípio da interdisciplinaridade se apresenta como uma orientação fundamental para a constituição dos currículos nos projetos político-pedagógicos dos cursos. Sob o foco da interdisciplinaridade, abre-se espaço para que se implantem metodologias inovadoras, especialmente as metodologias ativas, nas práticas de ensino da instituição.

Os projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação devem sinalizar os eixos de integração temática, as linhas de pesquisa e as linhas de extensão. Além disto, indicarão a construção da interdisciplinaridade, como indutor da iniciação científica e das inovações metodológicas, particularmente das metodologias ativas do processo ensino-aprendizagem.

Seguindo ainda esta linha de integração e inovação, é imprescindível que os espaços de prática profissional oferecidos pela instituição permitam estreita articulação com a formação teórica oferecida. Isto vale também para os cursos de pós-graduação que se articulam aos cursos de graduação oferecidos pelo UNIFESO. A instituição incentiva a prática profissional com estreita articulação com a formação teórica oferecida, na lógica do processo de interação ensino-trabalho-comunidade.

Importa ainda registrar a preocupação da instituição com a inclusão educacional da clientela que apresente deficiências e insuficiências a serem especialmente contempladas, superando a visão de políticas compensatórias que já estigmatizavam segmentos do corpo discente. O UNIFESO se propõe a desenvolver ações que integrem no processo acadêmico todos os seus estudantes, tanto aqueles com necessidades especiais, quanto aqueles com lacunas no processo de educação básica.

3.4.1. Política de Ensino para a Educação Básica

No que diz respeito à educação básica, este PPPI propõe-se a integrar a unidade CESO – Centro Educacional Serra dos Órgãos ao desenvolvimento acadêmico dos cursos do UNIFESO, assim como a estes o potencial pedagógico desta escola de educação básica.

A primeira política adotada é, pois, de integração institucional e estrutural por sua vinculação ao Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCHS, especialmente ao Curso de Pedagogia, na perspectiva de um colégio de aplicação que possa articular-se a um Núcleo de Formação de Professores.

Operacionalmente, as políticas de integração entre o CESO e os cursos do UNIFESO serão promovidas por meio de projetos específicos, envolvendo as unidades implicadas, a representação estudantil e da comunidade de pais e responsáveis.

Especificamente como política de ensino para esta área da educação básica tem-se o objetivo de dar maior qualidade a esta ação educacional, inclusive com a orientação no sentido de preparar exemplarmente as futuras demandas de educação superior, garantindo um processo pleno desde o ensino fundamental até à graduação e à pós-graduação.

O CESO desenvolve, com base em valores éticos, trabalho cooperativo e melhoramento contínuo, as seguintes políticas para a educação básica, do infantil até ao ensino médio:

- implementar a convivência democrática com base no desenvolvimento integral da pessoa e dos grupos sociais;
- reconhecer o ser humano em sua totalidade, estimulando a pluripotencialidade física, psíquica, política, ética e estética;
- estimular a construção do conhecimento pela participação ativa dos sujeitos, sejam professores e estudantes, de forma crítica e reflexiva;
- promover a aprendizagem significativa pela interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento;
- promover o processo ensino-aprendizagem de forma dialógica, incluindo-se de forma ampla o que devemos saber, o que devemos fazer e o que devemos ser;
- fomentar a capacidade de aprender a aprender para professores e estudantes como incentivo à construção da autonomia e sua compreensão para a atuação na sociedade globalizada em que vivemos;
- constituir-se em um centro de atuação para atividades de pesquisa, ensino e extensão para os cursos de graduação e pós-graduação do UNIFESO.

3.4.2. Educação Tecnológica e Ensino Técnico

O Decreto Federal nº 2.208/97, regulamentando a LDBEN, apresenta a educação profissional técnica como um dos três estágios deste nível educacional que confere habilitação profissional de técnico de nível médio, com a exigência de comprovação da conclusão da escolaridade neste grau para a obtenção do diploma.

De acordo com a lei, o nível técnico da educação profissional é oferecido sob a organização de módulos que podem “ter caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional, dando direito, neste caso, à certificação profissional”. Além disto, afirma-se a possibilidade de amplo “aproveitamento de estudos de disciplinas e módulos já cursados”.

Por outro lado, abre-se igualmente uma perspectiva no campo da educação profissional tecnológica, que corresponde àquela que é objeto dos “cursos de nível superior na área tecnológica, destinados aos egressos do ensino médio e técnico”.

Por estes dados já se percebe a grande abertura que o UNIFESO encontra para uma política de aproveitamento de toda sua capacidade instalada também na oferta de ensino técnico, no nível médio e de educação tecnológica, no nível superior.

A política de educação tecnológica e de ensino técnico passa pela instalação de um Centro de Ciências e Tecnologia e pretende mobilizar os cursos de graduação, na otimização de sua capacidade instalada, e o Centro Educacional Serra dos Órgãos, como unidade de ensino médio.

3.4.3. Política para o Ensino de Graduação

O UNIFESO busca estruturar os currículos de seus cursos numa visão renovada pela epistemologia contemporânea e pela consciência crítica e histórica de sua responsabilidade social, orientando-se segundo a diretriz de uma visão clara do perfil do egresso definido segundo a Missão do UNIFESO. Esta missão implica no compromisso da formação do cidadão, com as características seguintes:

- formação na graduação de qualidade, pluralista, crítica e reflexiva, que articula as especificidades das competências técnicas da formação profissional com equilíbrio com a formação geral, humanística e ética;
- capacitação e habilitação para acompanhar a evolução do conhecimento em sua área, necessária à atuação profissional;
- compromisso com o desenvolvimento regional, interagindo nos vários níveis de atuação, demonstrando engajamento com as questões ligadas à sustentabilidade social e ambiental;
- capacidade de promover programas e serviços que interajam com as demandas da comunidade, equacionando problemas e buscando soluções compatíveis com a realidade;
- disponibilidade para o trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional.

3.4.3.1. O princípio da Interdisciplinaridade

O desenvolvimento de atividades e projetos de cunho interdisciplinar favorece a formação de profissionais pluralistas e ao mesmo tempo com domínio adequado do saber técnico em sua área de atuação. Este é um caminho viável para a superação da fragmentação, contribuindo para a construção de um perfil de egresso que tenha domínio sobre seu campo de conhecimento e seja capaz de dialogar com outros saberes, num processo permanente de auto-formação. É fundamental que a execução dos currículos supere o fechamento da grade disciplinar e parta para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares consistentes que integrem também os Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão. É também importante que os cursos de graduação e pós-graduação explicitem, em seus projetos político-pedagógicos, os eixos de integração temática, as linhas de pesquisa e a integração com a extensão, com vistas a trabalhar a construção da interdisciplinaridade, a iniciação científica e a inserção crítica do estudante no contexto social.

3.4.3.2 O Princípio da Articulação entre Teoria e Prática

A articulação teórica e prática baseia-se na tese segundo a qual o conhecimento deve emergir da prática e a ela retornar mediado pela reflexão teórica. Eis aí uma aplicação do conceito de práxis na área das ciências da educação. Trata-se também de enfatizar o estudo e a reflexão epistemológica sobre a construção do conhecimento no contexto social do educando e dos desafios presentes.

As metodologias ativas dão uma importante contribuição a esta articulação. Assim, é fundamental que as unidades acadêmicas estimulem a aplicação de metodologias ativas do processo ensino-aprendizagem como instrumento de desenvolvimento do discente, disseminando também a cultura da pesquisa.

Outrossim, no ensino seqüencial e de graduação, é fundamental que haja a articulação entre teoria e prática profissionais, pela otimização dos currículos e atividades complementares, pela qualificação e dedicação docente às atividades acadêmicas e pela busca da integração entre os diversos cursos e centros.

3.4.3.3. O Princípio da Intencionalidade dos Processos

A intencionalidade a ser dada aos processos pedagógicos e didáticos estará colocada claramente nos projetos político-pedagógicos dos cursos, indicando, dentre outros, os seguintes elementos na execução do currículo:

- visão clara de um perfil definido de formação geral;
- pleno desenvolvimento do estudante, sob o prisma da competência técnica, da formação humanística e ética;
- seu preparo para a inserção social ativa e sua qualificação para o trabalho;
- desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica;
- promoção e divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos.

3.4.3.4. Política de Avaliação do estudante

Uma nova visão do processo de formação e de ensino-aprendizagem exige a reformulação dos antigos parâmetros avaliativos e dos critérios de desempenho na graduação e na pós-graduação. Tal reformulação constará nos projetos político-pedagógicos dos cursos e sobretudo será objeto da educação permanente e da formação continuada dos docentes.

Do ponto de vista da articulação entre pesquisa, ensino e extensão, a execução do currículo adquire novas formas, considerando uma atitude de abertura na construção e assimilação dos conhecimentos, tendo o docente muito mais um papel de liderança e facilitação do que de detentor exclusivo do saber.

A avaliação enfoca muito mais os processos e seus resultados do que propriamente o domínio e a repetição de conteúdos. Trata-se de um movimento formativo dinâmico, aberto a novas formas de aprendizagem e à troca de saberes entre campos e disciplinas. É desejável que, em lugar de uma disciplina Metodologia da Pesquisa, o princípio pedagógico da iniciação científica se aplique numa ação articuladora presente em todos os currículos dos cursos.

3.4.4. A Política para o Ensino de Pós-Graduação

Os Cursos de Pós-graduação *lato sensu* oferecidos pelo UNIFESO definem-se como um processo de ensino-aprendizagem com as características de: a) integração das funções de pesquisa, de estudos especializados e de suas aplicações em uma área específica; b) envolvimento de um corpo docente de comprovada capacidade, competência, titulação, experiência acadêmica e profissional, integrado nas funções de ensino, pesquisa e extensão; c) participação de um corpo discente selecionado segundo critérios da capacidade e do interesse para o nível de estudos especializados e de iniciação à pesquisa.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* têm como finalidade atender a demanda de pessoal de nível superior por formação e capacitação em nível de pós-graduação *lato sensu*, através da promoção e do fomento de estudos especializados, nas diversas áreas de conhecimento desenvolvidas no UNIFESO, contribuindo para a qualificação de profissionais, com vistas ao desenvolvimento regional.

A Residência Médica, a que se atribui o nível acadêmico de pós-graduação *lato sensu*, seguirá a legislação e as normas oficiais específicas.

De acordo com política já implantada na instituição, compete aos cursos de graduação propor e promover cursos de especialização em suas áreas, buscando a integração com a pós-graduação.

O UNIFESO se propõe a estabelecer acordos de cooperação, convênios e parcerias que possam viabilizar a médio prazo a implantação de cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu*.

3.4.5. Interação Ensino-Trabalho-Comunidade

Considerando a importância da interação ensino-trabalho-comunidade e suas vantagens para a profissionalização dos estudantes em curso de graduação e de pós-graduação, as políticas de formação orientam-se pela confluência da teoria e da prática priorizando atuação em cenários reais com atores sociais (docentes discentes e da comunidade) em interação, intervindo e modificando a realidade em consonância aos pressupostos da missão do UNIFESO.

Mais do que uma linha da atividade universitária de extensão, trata-se de uma orientação geral de todas as ações programáticas dos currículos dos cursos.

Verifica-se que a inserção do estudante na lógica da interação ensino-trabalho, compatibilizando o processo de formação com o processo de inserção no mundo do trabalho, deva-se operar de forma incluyente ao longo de todo o curso. Supera-se a idéia de inserção precoce, como se esta se fizesse antes do tempo. Disto decorrem exigências e desafios de reorganização e reestruturação dos serviços e dos atores sociais.

O processo de interação ensino-trabalho-comunidade é essencialmente interdisciplinar e multiprofissional, devendo considerar as demandas da comunidade assim como as potencialidades e especificidades dos diferentes cursos e centros.

3.5. Política de Extensão

A função institucional da extensão se concebe como um mecanismo acadêmico de formação que articula a produção científica e sua transmissão com a aplicação e transferência dos resultados. Isto se faz num processo educativo, acadêmico, científico, cultural e comunitário que relaciona a pesquisa e o ensino de forma indissociável. Como se lê no Projeto Institucional da FESO, as atividades de extensão devem significar uma troca sistemática e permanente de saberes, por meio de uma comunicação produtiva com a sociedade, nas seguintes linhas programáticas: a) disseminação e divulgação da produção acadêmica (publicações e eventos); b) ações de assistência (hospitais, clínicas, núcleos de práticas diversas), c) prestação de serviços (assessorias, consultorias e outros atendimentos), d) atividades culturais (produtos e manifestações artísticas), e) atividades político-sociais e comunitárias (movimentos político-sociais e comunitários diversos).

A extensão é uma via para a IES transferir ao conjunto social o que ela tem de mais consolidado, em termos da construção do conhecimento. À medida em que ela se consolida nessas áreas, vai gerando na sociedade a expectativa de ter acesso a esse conhecimento, em face da prestação de serviços à comunidade.

A extensão, longe de ser uma atividade rotineira ou meramente prestadora de serviços, será vista como indispensável canal de integração entre a instituição e a sociedade.

A função institucional da extensão se concebe como um mecanismo acadêmico de formação que articula a produção científica e sua transmissão com a aplicação e transferência dos resultados. Isto se faz num processo educativo, acadêmico, científico, cultural e comunitário que relaciona a pesquisa e o ensino de forma indissociável. Do mesmo modo, é a extensão que viabiliza e operacionaliza a relação transformadora e biunívoca entre IES e sociedade, sociedade e universidade.

Para que seja garantida a indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão, faz-se necessária a implementação de políticas integradoras que visem a efetiva indissociabilidade, pois é a integração destas três atividades que garante a formação integral do educando.

A extensão se distingue do ensino e da pesquisa por sua natureza de aplicação e transferência e por sua destinação à comunidade externa.

A primeira política de extensão do UNIFESO se define pela exigência de integração de todas as ações da instituição, nas funções universitárias da pesquisa e do ensino, no sentido de sua destinação ao serviço da sociedade. Supera-se a concepção de serviço à sociedade como sendo umas ações dispersas ou isoladas no campo das artes, da cultura da prestação de serviços, da assistência etc. Ultrapassa-se a antiga visão de uma extensão definida como atividade “extramuros”, “extraclasse” ou até “extracurricular”.

Define-se, pois, a vinculação dos órgãos suplementares e das diferentes unidades com as finalidades do ensino e da pesquisa, previstas nos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e de pós-graduação.

a) disseminação e divulgação da produção acadêmica (publicações e eventos)

Importa que seja dada divulgação à produção acadêmico-científica da instituição para que atinja sua finalidade na construção coletiva do conhecimento. Para isto se promovem os eventos internos, especialmente os Fóruns de Produção Acadêmica dos Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Além do mais, incentiva-se a publicação dos trabalhos em revistas nacionais e internacionais e em coleções editoriais, especialmente a Coleção FESO, em suas diversas séries: Teses, Dissertações, Textos Acadêmicos, Pesquisa.

b) ações de assistência (hospitais, clínicas, núcleos de práticas diversas)

Por meio do processo de interação ensino-trabalho-comunidade, desenvolve-se o atendimento às demandas da população, em unidades ou setores institucionais próprios e/ou conveniados com o poder público ou instituições privadas que prestem assistência à comunidade, criando-se um diferencial no processo de formação e aproximando-se a instituição e a sociedade, numa relação enriquecedora de transformação.

c) prestação de serviços (assessorias, consultorias e outros atendimentos)

Na lógica do aproveitamento da capacidade instalada e competência desenvolvida da instituição no serviço da comunidade, disponibilizam-se os cursos e demais unidades do UNIFESO nas áreas de suas especificidades.

d) atividades culturais (produtos e manifestações artísticas)

O UNIFESO assume o compromisso histórico com a comunidade teresopolitana de manter e desenvolver um programa de atividades e manifestações artísticas e culturais através do Centro Cultural FESO – PRO ARTE, numa política de integração com os Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão e com os diversos órgãos e unidades da instituição.

Esta política se traduz numa ação programada de integração com a comunidade local e regional.

e) atividades político-sociais e comunitárias (movimentos sociais diversos)

Seguindo uma longa tradição de participação na comunidade municipal pela atuação nas Conferências de Saúde, no Conselho de Saúde, no Fórum Permanente Pensar Teresópolis e nas Conferências da Cidade, o UNIFESO se propõe a dar continuidade a esta política de interação e de integração, no âmbito local, incentivando-se o envolvimento institucional em ações desta natureza.

Além disto, o UNIFESO se compromete a dar continuidade ao programa de extensão que atende ao segmento populacional da terceira idade – UNIVERTI - Universidade na Terceira Idade

3.6. Políticas de Gestão

Por sua natureza, o PPPI se destina à orientação da atividade fim da instituição. Ocorre, porém, que a gestão do processo acadêmico supõe uma administração geral que garanta as condições operacionais e os recursos e meios necessários. Estas diretrizes políticas e estratégias de operação são objeto de planejamento e execução por meio do PDI, do plano de metas plurianual, preferencialmente organizados em torno de programas e projetos específicos. Por esta razão, aqui se expõem as seguintes políticas gerais:

3.6.1. Política de Articulação e Atualização dos Instrumentos de Gestão

Os documentos institucionais são considerados de forma articulada, respeitando a natureza própria de cada um. Deste modo, a atualização do PPPI, PDI e dos PPPs não pode deixar de considerar a legislação do ensino superior – Leis, Decretos, Resoluções, Diretrizes Curriculares Nacionais etc. –, tendo em conta a realidade socioeconômica e cultural da instituição e de seu entorno.

- Constituem-se parâmetros institucionais para atualização dos PPPI, PDI e PPPs os estatutos, regimentos e resultados das avaliações internas e externas.
- O PDI, além dos documentos acima mencionados, reportar-se-á necessariamente ao PPPI.
- Os PPPs, além dos documentos acima mencionados, levarão em consideração o PPPI e o PDI.
- As alterações do PPPI, PDI e PPPs obedecerão às exigências legais e necessidades institucionais.

3.6.2. A sustentabilidade financeira da instituição

Para que haja condições de desenvolvimento do projeto acadêmico, é necessário que se assegurem os recursos humanos, materiais e financeiros. Não pode haver gestão acadêmica que se dissocie da realidade econômico-financeira da instituição e da sociedade, sem omitir a influência das forças do mercado pela demanda e pela oferta. Esta não é uma responsabilidade privativa da administração central e da gerência financeira, mas é uma função que se inclui entre as atribuições e competências dos coordenadores, gerentes e diretores, na medida em que lhes compete planejar, coordenar e executar o Projeto Político-Pedagógico Institucional.

3.6.3. Política de Captação de Recursos

O UNIFESO produzirá política própria de captação de recursos. Tal política orientar-se-á pelos princípios institucionais, seguindo a direção da regionalização apontada na Missão da FESO.

Para contribuir na formulação desta política, este PPPI levantou na comunidade algumas sugestões, a saber:

- Estabelecer convênios com prefeituras e empresas, órgãos públicos e privados com o objetivo de ampliar a demanda para os cursos de graduação, pós - graduação e extensão e de serviços assistenciais;
- Estimular o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino médio para desenvolvimento de projetos que despertem o interesse dos jovens pelas propostas de graduação do UNIFESO;

- Identificar as necessidades e demandas e estimular a oferta de cursos de graduação, seqüenciais, de extensão e de pós-graduação;
- Promover a realização de projetos no âmbito dos cursos de graduação e das unidades prestadoras de serviços que possam gerar receitas ou aumentar a visibilidade da instituição;
- Fomentar e viabilizar a realização de consultorias pelos docentes, nos termos regulamentados pela política de captação de recursos;
- Identificar potencialidades e viabilizar parcerias para a comercialização de produtos de natureza tecnológica desenvolvidos na instituição;
- Definir as condições para o exercício do trabalho voluntário e regulamentá-lo no âmbito da instituição.

Com o desenvolvimento de projetos articulados em linhas de pesquisa, espera-se que se abram caminhos para a consequente captação de recursos que viabilizem a atividade de investigação científica e de produção acadêmica. Neste sentido, esta captação específica será feita observando o que estiver disposto nos orçamentos dos projetos aprovados pelo UNIFESO e obedecendo à política geral de parcerias da instituição.

As fontes de recursos poderão ser órgãos de fomento, públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros. A FESO vem mantendo um incipiente Fundo de Apoio à Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – FAPPE. Neste estágio, importa priorizar a captação de recursos para constituição do lastro financeiro do Fundo para, na seqüência, intensificar a sua aplicação.

Visando à integração regional e ao atendimento adequado às demandas do contexto, procura-se incentivar o trabalho conjunto com outras instituições de ensino superior no desenvolvimento de projetos de pesquisa em convênios e acordos de cooperação científica e outras parcerias.

3.6.4. Relação da Instituição com a Comunidade Acadêmica

Para atingirem-se as finalidades e objetivos do processo de gestão acadêmica, o UNIFESO envidará todos os esforços para a composição e manutenção de um corpo docente com fixação e dedicação. Para isto se estabelecem incentivos específicos.

- Importa garantir a socialização da produção acadêmica docente e discente difundida através de diversos eventos acadêmicos e da provisão de meios para a publicação em veículos de divulgação científica. Esta produção submete-se a uma prioridade definida por critérios de qualidade acadêmica.
- A IES promoverá uma política de valorização do profissional docente baseada também em experiência profissional e não somente em titulação acadêmica.
- A seleção de pessoal técnico-administrativo será pautada por critérios de qualificação profissional, levando em conta a análise do currículo e a avaliação da experiência profissional. O objetivo maior será ditado pelas finalidades da instituição.

- O UNIFESO se compromete a aprimorar a política de bolsas de estudo da instituição, com critérios bem definidos e divulgados, observando-se a legislação específica. O Programa de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão - PICPE se constituirá no instrumento de articulação e de gestão desta política.
- Além das gratuidades e reduções concedidas por critério de carência, serão concedidas bolsas de estágio de monitoria e de iniciação científica. Em todas as categorias de auxílios e incentivos haverá uma articulação com o processo acadêmico, avaliando-se a concessão dos benefícios por critérios de qualidade e produtividade acadêmica.
- As relações do corpo discente com a instituição serão educacional e pedagogicamente conduzidas pelas coordenações dos cursos em suas funções de gestão acadêmica, sob a supervisão da Diretoria de Centro e da Pró-Reitoria da área.
- Contudo, todos os setores acadêmico-administrativos têm a obrigação de atender e orientar os estudantes nas suas demandas, encaminhando-as aos órgãos competentes as solicitações, críticas e sugestões apresentadas, promovendo o efetivo retorno das questões trazidas.
- As instâncias acadêmicas e administrativas, de acordo com este PPPI e com os PPPs dos cursos, reconhecem e promovem o caráter educativo das atividades de representação estudantil, imprescindíveis ao exercício da cidadania.
- A instituição estimulará e garantirá as relações de cooperação entre os diversos órgãos de representação estudantil.
- A elegibilidade dos representantes estudantis deve ser garantida, resguardando-os de qualquer tipo de constrangimento.
- O corpo técnico-administrativo será capacitado para um atendimento de qualidade aos corpos docente e discente.
- A instituição promoverá melhoria contínua dos seus processos administrativos, de modo a garantir agilidade e resolutividade no atendimento ao corpo docente e discente.
- A estrutura organizacional da instituição será integrada, nos seus diversos *campi* e unidades/setores, mais próxima e mais disponível à sua clientela final, ou seja, o discente, com flexibilização e simplificação dos processos administrativos.
- As práticas esportivas, artísticas e culturais, bem como os espaços de convivência e lazer, serão estimulados e garantidos.
- Os gestores acadêmicos incentivarão a participação discente nas atividades de extensão e pesquisa.
- Promover-se-ão a atuação e a divulgação dos serviços oferecidos pelos setores acadêmico-administrativos que atendem ao corpo discente.
- A instituição estimulará e garantirá as relações de integração entre os cursos com a participação do corpo discente nas dimensões da pesquisa-ensino-extensão.

3.6.5. Política de Avaliação e Planejamento

A instituição reconhece e vem incorporando a cultura da auto-avaliação e da avaliação externa na sua prática, o que tem sido um sólido suporte para sua transformação e aprimoramento.

Esta avaliação deverá ser conduzida por um órgão próprio da instituição posto no contexto do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES.

Internamente, a avaliação institucional articula-se com o planejamento em todos os seus níveis, fornecendo-lhe a consistência técnica dos diagnósticos conjunturais e estruturais e a coerência política da participação de todos os segmentos.

O UNIFESO se dispõe a promover intervenções de caráter institucional com base em avaliações externas, tanto aquelas solicitadas como aquelas determinadas por órgãos oficiais. Estas avaliações externas estão integradas à avaliação interna, relacionando-se com a realidade local.

A avaliação institucional se vem revelando no UNIFESO como um mecanismo imprescindível de transformação, num processo dinâmico, de caráter ativo e não apenas de cunho descritivo.

São sínteses progressivas que se acumulam num processo gradativo, valorizando diferentes instrumentos, com abordagens qualitativas e quantitativas de um processo sistemático de investigação.

A participação dos atores internos e externos garante a credibilidade do produto e do processo avaliativo.

3.6.6. Política de Comunicação e Marketing

Para a integração interna da comunidade universitária e acadêmica, o UNIFESO disporá de uma política de comunicação voltada à divulgação das ações de gestão e de administração geral.

Além da comunicação interna, requer-se também a comunicação com a comunidade externa ou com a sociedade loco-regional.

A instituição promoverá a divulgação de uma imagem de seus serviços à população, articulando sua história, seus objetivos e atividades atuais e suas projeções para o futuro. Trata-se de uma proposta de responsabilidade social.

À Reitoria, o órgão competente na área apresentará, anualmente, o plano de comunicação institucional para ser discutido e aprovado.

4. CONCLUSÃO

Neste PPPI a grande orientação assumida é a própria missão da FESO e do UNIFESO. Foi nela que se buscaram as referências teóricas para as bases conceituais que deram sustentação ao amplo processo de discussão e de elaboração deste documento.

Estas bases conceituais deram o fundamento para as amplas discussões que foram desenvolvidas e conduziram a um aprofundamento teórico nos grupos de discussão. Cresceu a consciência pedagógica da instituição. Este foi um mergulho de aprofundamento teórico-conceitual que esperamos que passe a nutrir de maior consistência e coerência a prática acadêmica da instituição, orientada pelas políticas definidas neste documento.

Espera-se ter conseguido construir um amplo referencial que possa subsidiar a elaboração e revisão dos projetos político-pedagógicos das unidades acadêmicas.

Constata-se ainda que não foi só este esforço de construção teórica que tanto envolveu a comunidade acadêmica nesta elaboração. Foi muito importante a revisão da evolução histórica da instituição ao longo de 40 anos, o que nos deu uma visão de como este processo se desenvolveu de forma contextualizada. Tratava-se de conhecer o passado para construir o futuro. Assim surgiu a famosa “linha do tempo” a que nos reportamos em todas as apresentações e exposições. Nesta linha também construiu-se um diagnóstico sumário que permitiu uma rápida abordagem da contextualização local do UNIFESO. É um despertar de uma consciência histórica coletiva numa dimensão retrospectiva e prospectiva.

Neste contexto ressalta-se a função social e educacional que o UNIFESO assume na sua instalação. O PPPI surge como um conjunto estrutural articulado de políticas institucionais destinadas a orientar a ação programada que se estabelecerá através de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Assim se fortalece a cultura do planejamento na instituição.

Concentra-se a visão deste PPPI sobre a política de indissociabilidade da pesquisa, do ensino e da extensão. Uma atenção especial se volta para as linhas de pesquisa a serem definidas e desenvolvidas juntamente com a iniciação científica dos estudantes e a atividade de investigação dos docentes.

O UNIFESO se instala sobre a base segura de uma experiência consolidada na área de estágios de monitoria com ênfase na iniciação científica, já integrada no Programa de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão. Do mesmo modo ressalta-se uma outra conquista institucional no Programa de Incentivo à Capacitação Docente – PICD, que vem produzindo seus resultados desde 1996.

Muito se tem ainda a crescer na produção acadêmica institucionalizada para o que o PPPI sugere mecanismos de apoio e instrumentos de viabilização.

Nas políticas de ensino, destaca-se a atenção com a educação básica, com a educação tecnológica e ensino técnico. Firmaram-se com clareza os princípios de interdisciplinaridade, de articulação entre teoria e prática e de intencionalidade dos processos.

A avaliação docente e discente aparece como uma política, assim como a integração dos níveis de ensino superior na graduação e na pós-graduação.

Um grande passo que o PPPI consolida é o da interação ensino-trabalho-comunidade, já contemplada no Plano de Metas de 2007 com o Projeto de Integração do Ensino, Trabalho e Comunidade – PIETRAC.

As políticas de extensão resgatam para a instituição uma visão nova desta função universitária através de cinco linhas programáticas.

Nas políticas de gestão, assinalam-se a política de articulação e atualização dos instrumentos de gestão, a sustentabilidade financeira da instituição, a captação de recursos, a relação da instituição com a comunidade acadêmica, a política de avaliação institucional e de planejamento e a política de comunicação e marketing.

Para o UNIFESO o fato de dispor de um Projeto Político-Pedagógico Institucional se constitui numa garantia de que possa guiar-se com mais segurança e clareza na busca de suas finalidades e objetivos. Isto se concretizará tecnicamente na elaboração e formulação de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional – 2008 / 2012.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. J. A universidade possível – experiências de gestão universitária. Londrina: Editora Cultura/ UEL, 2001.

BAFFI, M. A. T. Projeto Pedagógico: um estudo introdutório. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppo3.htm>>.

BATISTA, R. S. Projeto Institucional 2001: interseções filosóficas. Faculdades Unificadas Serra dos Órgãos. Mimeo: maio 2004.

BORDENAVE, J. Estratégias de Ensino Aprendizagem: Vozes, 1994.

CHAUÍ, M. A universidade em ruínas na república dos professores. Org. Hélgio Trindade. Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Cipede, 1999.

FIDALGO, F e MACHADO, L. eds. Dicionário da Educação Profissional. UFMG. 2000.

FORGRAD (Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras) Do pessimismo da razão para o otimismo da vontade: referências para a construção dos projetos pedagógicos das IES brasileiras, out.1999.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS. Oficina de Construção do PPPI. O estudante como sujeito de participação ativa no âmbito coletivo; Interação ensino-trabalho (teoria-prática). 09/08/2005.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS. Oficina de Construção do PPPI. Iniciação Científica; Ensino de Graduação e Pós-Graduação. 09/08/2005

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS. Oficina de Construção do PPPI. O que é Projeto-Político-Pedagógico Institucional; A importância da Extensão na FESO; Ensino de Graduação, Pós-graduação e Avaliação do Estudante. 10/08/2005

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS. Oficina de Construção do PPPI. A política de ensino: na graduação e pós-graduação e a integralidade do egresso da FESO. 13/08/2005

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS. Oficina de Construção do PPPI. A ética no processo de formação no ensino da Graduação e Pós-graduação. 15/08/2005

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS. Oficina de Construção do PPPI. Política Institucional de Educação Básica; Política de Informação Profissional. 16/08/2005

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS. Oficina de Construção do PPPI. Temáticas: Interação ensino-serviço; Programa de Incentivo e Capacitação Docente. 18/08/2005

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS. Oficina de Construção do PPPI. Construção da Proposta de Política de Relacionamento com o Corpo Discente. 18/8 e 22/08/2005

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS. Oficina de Construção do PPPI. Valorização do corpo técnico-administrativo; Valorização do corpo docente; Conceituação de indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS. Oficina de Construção do PPPI. Produção acadêmica institucionalizada; Estabelecimento de linhas de pesquisa; Ensino de Graduação e Pós-Graduação. 20/08/2005

LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. A pedagogia crítico social dos conteúdos. Coleção Educar, São Paulo: Editora Loyola, 1992.

MADEIRA, V. P. Faculdades Unificadas Serra dos Órgãos: Novo desafio institucional: concepção e integração das funções de Pesquisa, Ensino e Extensão. Texto básico 1º Seminário sobre PPPI. Mimeo, out.. 2004.

MAMEDE, S. ; PENAFORTE, J. (org.). Aprendizagem baseada em problemas: anatomia de uma nova abordagem educacional. Fortaleza: Hucitec, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileira. Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasil: 2001/2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fórum de revisão das áreas temáticas, linhas de ações de extensão. Brasil: maio 2004.

MIRANDA, J. F. A. Ensino Superior – mudar na graduação: paradigma atual da FESO, paradigma pós-moderno. Faculdades Unificadas Serra dos Órgãos Mimeo. 2004.

REALE, M. Filosofia do Direito. 20ª ed., Saraiva, São Paulo, 2002.

RIBEIRO, D. A universidade necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SANTOME, J. Globalização e interdisciplinaridade – o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SANTOS, B de S. Pelas mãos de Alice. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

SOBRINHO, J. D. Avaliação da educação superior. Petrópolis: Vozes, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Projeto Político-Pedagógico Institucional da UEL. Fevereiro: 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Projeto Político-Pedagógico da UFSM. Dezembro: 2000.

VEIGA, I. P.A. (org.) Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus. Disponível em: <http://www.prg.unicamp.br/projeto_pedagogico.html>